



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30 DE JUNHO DE 2022



Relatório da administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 e BCB nº146/2021 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do Conglomerado Prudencial Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ("Conglomerado") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

O Conglomerado é constituído pela empresa líder Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ("MPB") e pela Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("SCFI").

O Mercado Pago é uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar as transações que forneçam aos seus usuários mecanismos fáceis e seguros de recebimentos e pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Mercado Crédito SCFI S.A tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do *marketplace* e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

O plano de negócio do Conglomerado prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. A Mercado Crédito – SCFI, por sua vez, obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 09 de novembro de 2020, para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 26 de agosto de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas do
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda.
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 29 de agosto de 2022.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria sem modificações, em 30 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Rui Borges', is written over the text of the auditor's name and registration number.

Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores em R\$ mil)

	Notas	30/06/22	31/12/21
ATIVO			
Disponibilidades	4.a	332.870	1.105.953
Instrumentos financeiros		17.636.806	12.917.026
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	-	163.102
Títulos e valores mobiliários	5.b	6.239.016	5.588.096
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	16.842	11.785
Operações de crédito	5.d	1.025.086	303.916
Outros Ativos a Receber	5.e	10.355.861	6.850.127
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	(677.850)	(123.427)
Outros Créditos		269.090	167.199
Impostos e contribuições a compensar		269.090	167.199
Provisão para Chargeback	6	(260.316)	(183.170)
Ativos fiscais diferidos	19.b	404.120	268.505
Imobilizado de uso		71.074	64.297
Depreciações		(27.322)	(25.256)
Intangível	7	739.973	611.622
Amortizações	7	(315.517)	(230.734)
TOTAL DO ATIVO		18.172.928	14.572.014
PASSIVO			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		16.751.324	13.913.222
Depósitos	8	11.256.398	9.503.589
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8	548.308	515.919
Relações interfinanceiras	9	1.918.298	1.515.333
Obrigações por empréstimos	10	-	24.825
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	33.037	4.418
Outros passivos diversos	11.a/b	2.995.282	2.349.138
Outras Obrigações	11.c	290.641	177.918
Impostos e contribuições a recolher		290.641	177.918
Provisões	12	35.991	27.748
Obrigações fiscais diferidas	19.b	14.442	11.214
TOTAL DO PASSIVO		17.092.398	14.130.102
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		972.340	577.340
Capital social	13.a	972.340	447.340
Aumento de capital - em aprovação		-	130.000
Outros resultados abrangentes		(9.535)	5.194
Prejuízos Acumulados		(116.129)	(256.808)
Participação de não controladores	13.c	233.854	116.186
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.080.530	441.912
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.172.928	14.572.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL -MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por cota)

	Notas	30/06/22	30/06/21
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		488.155	32.992
Rendas de operações de crédito		317.623	97
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		170.532	32.895
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(293.142)	(51.862)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(3.127)	(26.737)
Obrigações por empréstimos		(47)	(15.468)
Despesas com Juros e similares		(284.080)	(5.503)
Resultado de operações de câmbio		(5.888)	(4.154)
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DA PROVISÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		195.013	(18.870)
Provisão para perdas associadas a operações de crédito		(554.422)	(252)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(359.409)	(19.122)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		277.678	(41.895)
Receitas de prestação de serviços	14	5.582.880	3.463.495
Despesas de pessoal	15	(434.380)	(244.006)
Outras despesas administrativas	16	(438.258)	(274.586)
Despesas tributárias	17	(784.272)	(492.688)
Despesa direta por transações de pagamentos	18	(1.053.147)	(463.033)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	18	(1.447.368)	(1.056.588)
Outras despesas operacionais	18	(1.147.777)	(974.489)
RESULTADO OPERACIONAL		(81.731)	(61.017)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O PREJUÍZO		(81.731)	(61.017)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	39.918	12.870
Provisão para imposto de renda		(58.371)	(13)
Provisão para contribuição social		(26.610)	(13)
Provisão de imposto diferido		124.899	12.896
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(41.813)	(48.147)
Participação controladores		140.679	(47.854)
Participação dos não controladores		(182.492)	(293)
Quantidade de cotas por média ponderada		1.281.870.372	299.481.652
Prejuízo por cota		(0,03)	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
Valores em R\$ mil

	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Prejuízo do semestre	(41.813)	(48.147)
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	265	14
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	421	13
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	(156)	-
Hedge de Fluxo de Caixa	(14.834)	(10.046)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo	(20.436)	(14.459)
(Ganhos)/Perdas a diferir para o resultado	(2.040)	(762)
Imposto sobre valor justo do Hedge de Fluxo de Caixa	7.642	5.175
Variação de Outros resultados abrangentes	(14.569)	(10.032)
Resultado abrangente líquido do semestre	(56.382)	(58.179)
Participação controladores	125.951	(57.844)
Participação dos não controladores	(182.332)	(335)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

Valores em R\$ mil

	Notas	Capital Realizado	Aumento de Capital - em aprovação	Outros resultados abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		218.290	129.050	(9.811)	(71.676)	265.853	39.945	305.798
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	(9.990)	-	(9.990)	(42)	(10.032)
Aumento de capital		229.050	(129.050)	-	-	100.000	-	100.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(47.854)	(47.854)	(293)	(48.147)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		447.340	-	(19.801)	(119.530)	308.009	39.610	347.619
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		447.340	130.000	5.194	(256.808)	325.726	116.186	441.912
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	(14.729)	-	(14.729)	160	(14.569)
Aumento de capital	13	525.000	(130.000)	-	-	395.000	300.000	695.000
Aumento de capital em aprovação		-	-	-	-	-	-	-
Lucro e Prejuízo do semestre		-	-	-	140.679	140.679	(182.492)	(41.813)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022		972.340	-	(9.535)	(116.129)	846.676	233.854	1.080.530

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

Valores em R\$ mil

	30/06/22	30/06/21
		(Reapresentado)
Prejuízo do semestre	(41.813)	(48.147)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	86.849	41.486
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa e chargeback	631.568	(12.260)
Provisão/reversão para contingências	16.263	8.523
Atualização de depósito judicial	(17.054)	(3.712)
Juros apropriados de obrigações por empréstimos	47	15.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(124.899)	(12.896)
Total ajustes de reconciliação	550.961	(11.539)
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(649.409)	(92.862)
Operações de crédito	(721.170)	(1.120)
Outros créditos e ativos a receber	(3.590.571)	(568.504)
Depósitos	1.752.809	1.135.149
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	32.390	-
Outras obrigações e outros passivos diversos	1.250.106	(121.894)
Pagamentos de Juros por empréstimos	(47)	(26.785)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(96.300)	(44)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	(1.471.231)	312.402
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado de uso	(6.778)	(1.097)
Aquisições de intangível	(128.351)	(146.912)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(135.129)	(148.009)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por obrigações por empréstimos	-	199.997
Pagamento por obrigações por empréstimos	(24.825)	(888.332)
Aumento de Capital	695.000	100.000
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	670.175	(588.334)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(936.185)	(423.941)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	1.269.055	786.001
No final do semestre	332.870	362.060
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(936.185)	(423.941)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial abrangem a Instituição líder Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ("Mercado Pago" ou "Companhia") que é constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil com sede na Avenida das Nações Unidas nº 3003, Parte E, Bonfim, Osasco, CEP 06233-903, e a Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Mercado Crédito" ou "SCFI") que é uma sociedade anônima fechada inscrito no CNPJ 37.679.449/0001-38 com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903.

O Mercado Pago tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar transações que forneçam aos usuários mecanismos seguros e fáceis para recebimentos e pagamentos. Esta plataforma de tecnologia de serviços de gerenciamento de pagamentos é utilizada tanto para o domínio MercadoLivre.com quanto para outras plataformas de e-commerce e estabelecimentos físicos, através do qual as transações de pagamento realizadas pelos compradores são processadas e liquidadas para os vendedores e/ou prestadores de serviços, proporcionando aos usuários, segurança nas transações, flexibilidade e conveniência com os meios de pagamento disponíveis.

A Mercado Crédito tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis as entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. A Mercado Crédito - SCFI, por sua vez, obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 09 de novembro de 2020, para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento. Todas estas autorizações do BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessas autorizações, as Companhias adotam os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

Os controladores, por unanimidade, decidiram alterar a denominação social da Sociedade de MercadoPago.com Representações Ltda. para Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda., em atendimento ao disposto no artigo 5º, parágrafo 4º, inciso I, da Resolução BCB nº 80, de 25/03/2021 em AGE realizada na data de 28/12/21.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da resolução BACEN nº 02/2020 e observando as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional "COSIF", conforme disposto na circular nº 3.833/17 do BACEN e resolução BCB nº 146/2021, e demais regulamentações complementares do BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para chargeback; iii) prazo de vida útil do ativo imobilizado; iv) prazo de vida útil de ativos intangíveis; v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; e vi) reconhecimento de créditos tributários, vii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02/2020 que revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor. As alterações propostas por essa resolução se resumiram na apresentação de novos agrupamentos e modificações de nomenclatura contábil de certas contas do balanço. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração referente a probabilidade de ocorrência de eventos subsequentes ou futuros que possam impactar certos ativos e passivos.

Estas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram aprovadas para emissão pela Administração em 26 de agosto de 2022.

b) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, os saldos das contas patrimoniais e os resultados das transações entre Mercado Pago e Mercado Crédito, foram eliminados, quando aplicável. Abaixo, demonstramos a entidade que foi incluída nas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial:

Instituição financeira: Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação no Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários para as categorias aplicáveis, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conglomerado Prudencial, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2022, o Conglomerado Prudencial não possuía títulos classificados na categoria de "negociação" e "mantidos até o vencimento".

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações a termo de moeda (Non Deliverable Forward – “NDF”) e Swap contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 que prevê a contabilização do diferencial a receber ou a pagar do valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no Ativo ou Passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda).

No hedge de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”) afetam o resultado.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

f) Operações de crédito e outros créditos

São representados principalmente pelos valores a receber de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que os adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do MercadoLivre.com e outras plataformas de e-commerce, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

O Conglomerado Prudencial também adota a política de efetuar a antecipação de parte do saldo destes valores. As taxas e os prazos de desconto são negociados a cada operação. Estas transações configuram como transferência de direitos de crédito e, tanto os riscos como os benefícios significativos destes ativos, são assumidos pelas instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida na Demonstração do Resultado no momento em que a Companhia concorda em liquidar antecipadamente um recebível.

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

g) Provisão para chargeback e créditos

A provisão para chargeback é realizada com base nas contestações dos valores a receber de transações de cartões de crédito junto às adquirentes e que estão em processo de análise, podendo ocasionar perdas futuras. A provisão é estimada utilizando-se o critério desenvolvido internamente pela Administração que leva em consideração um percentual aplicável sobre o total das transações realizadas.

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pelo conglomerado Prudencial é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como Despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: imóveis de uso e instalações em imóveis – 5%, móveis e utensílios – 20% e máquinas e equipamentos – 33%.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

São reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo os gastos com desenvolvimento diretamente necessários para fazer com que estejam prontos para serem utilizados pela Administração, líquido das respectivas amortizações e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”). Os custos associados à manutenção destes ativos são reconhecidos como Despesa conforme incorridos.

A amortização do Ativo Intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: marcas e patentes – 20% e aquisições e desenvolvimento de software – 33%, considerando o período do contrato.

j) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2022.

k) Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Referem-se aos valores mantidos em contas de pagamento, a pagar aos usuários vendedores, oriundos das transações da plataforma MercadoLivre.com e outras plataformas e que, no fim de cada exercício, não tenham sido resgatados. São registrados pelos valores das transações dos vendedores, líquido das comissões cobradas pelo Mercado Pago (percentuais sobre a venda realizada, processamento da transação na plataforma, parcelamento das compras, transferências financeiras da conta de pagamento para conta de depósito etc.). A atualização da captação dos depósitos são contratadas por uma taxa referenciada e reconhecido pelo método da taxa efetiva de juros.

Os recursos de aceites e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base “pro rata temporis”.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no momento da prestação de serviço de pagamento escolhida pelo comprador para quitação de um produto adquirido por meio do domínio Mercado Livre ou em domínios de outras plataformas de e-commerce. É apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O Mercado Pago oferece também serviços de meios de pagamentos, fora da plataforma do Mercado Livre e pode ser contratado por qualquer empresa de comércio eletrônico. Nesta modalidade, as receitas também são reconhecidas no momento da opção do comprador por efetuar o pagamento por meio do Mercado Pago.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;

- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

n) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.

- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

As alíquotas vigentes sobre lucros tributáveis no país para as operações realizadas por pessoas jurídicas são: 34% para o Mercado Pago e 40% para a SCFI, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

o) Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

p) Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

q) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2022	31.12.2021
Caixa (i)	223.857	258.842
Depósitos bancários	105.732	838.603
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (ii)	3.281	8.508
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	163.102
Total	332.870	1.269.055

(i) São valores depositados nos terminais eletrônicos 24 horas. (custódia da empresa Tecban - Tecnologia Bancaria S.A).

(ii) São compostos por valores disponíveis em dólar em contas bancárias no exterior.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

	30.06.2022	31.12.2021
Aplicações em operações compromissadas		
Posição bancada		
Letra do Tesouro Nacional - LTN (i)	-	96.021
Letras Financeiras Do Tesouro - LFT (i)	-	67.081
Total	-	163.102

(i) As aplicações em operações compromissadas eram operações *overnight* com prazo médio de vencimento até 30 dias. As operações compromissadas eram pré fixadas e possuíam taxa fixa entre 8,9% à 9,15%.

b) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários foram classificados como "disponíveis para venda", composto pelos saldos apresentados abaixo:

	30.06.2022		31.12.2021
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa			
Disponível para Venda	6.238.647	6.239.017	5.588.096
Títulos privados	1.315.387	1.315.387	127.639
Certificados de depósitos bancários - CDB	1.308.802	1.308.802	88.102
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	6.585	6.585	39.537
Títulos públicos	4.923.260	4.923.630	5.460.457
Letra Financeira do Tesouro - LFT	4.923.260	4.923.630	5.460.457
Total	6.238.647	6.239.017	5.588.096

	30.06.2022			Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	
Títulos de Renda Fixa				
Disponível para Venda				
Títulos privados	6.585	1.245.802	63.000	1.315.387
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	1.245.802	63.000	1.308.802
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	6.585	-	-	6.585
Títulos públicos	-	3.448.109	1.475.521	4.923.630
Letra Financeira do Tesouro - LFT (i)	-	3.448.109	1.475.521	4.923.630
Total	6.585	4.693.911	1.538.521	6.239.017

	31.12.2021			Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	
Títulos de Renda Fixa				
Disponível para Venda				
Títulos privados	39.537	88.102	-	127.639
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	88.102	-	88.102
Cotas de fundos de investimento	39.537	-	-	39.537
Títulos públicos	-	5.282.550	177.907	5.460.457
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	-	5.282.550	177.907	5.460.457
Total	39.537	5.370.652	177.907	5.588.096

(i) Em 30 de junho de 2022, o saldo compostos por Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Resolução BACEN nº 80 de 25 de março de 2021 é de R\$ 4.672.392. São ativos que possuem alta liquidez no mercado. Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre de 2022 e exercício de 2021.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Mercado Pago participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Tais instrumentos financeiros derivativos são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que alguns aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos etc.

A metodologia de precificação para a apuração do valor de mercado do instrumento derivativo de contrato a termo de moeda (Non Deliverable Forward - NDF), se baseia na utilização do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros.

O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados e observados no mercado.

Segregação por tipo de contrato, contraparte e notional:

Contratos	30.06.2022			
	Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa	Mercado de Balcão	428.166	7.121	(20.192)
Total		428.166	7.121	(20.192)

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda (Non Deliverable Forward - NDF) possuem vencimento entre 01 de julho de 2022 e 01 de junho de 2023.

Contratos	31.12.2021			
	Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa	Mercado de Balcão	499.358	11.785	(4.418)
Total		499.358	11.785	(4.418)

Contratos	30.06.2022					
	Custo Amortizado			Valor de Mercado		
	Valor de referência	Curva Ativa	Curva Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Valor Justo
Swap IPCA x Pré	1.323.908	1.369.969	1.361.236	1.363.122	1.366.246	(3.124)

A companhia possui risco ao índice de IPCA gerado por emissões de cédulas de crédito bancário - CCB. Para gerenciar este risco, o Mercado Pago contrata swap com ponta passiva em indexadores pré-fixados com instituições financeiras no mercado, assim prevenindo os desembolsos de caixa futuros. A companhia não possuía posição em swap em 31 de dezembro de 2021.

Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Mercado Pago consistem em: hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa da empresa com exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas relativos a compra de dispositivos MPOS expressos em dólares americanos convertidos em reais.

O Mercado Pago aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata moeda futura através de NDF's (Non-Deliverable Forward) indexados a Dólar futuro e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de compra de máquinas MPOS indexados em dólares flutuante e negociados através de um plano anual de aquisição.

Os mesmos derivativos serão adquiridos gradualmente, com o objetivo de cobrir o plano mensal de compras estipulados inicialmente no plano anual de aquisições de MPOS para os próximos 12 meses.

Estratégias:	30.06.2022		
	Instrumentos de Hedge		Objeto
	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)
Contratos de NDF			
Hedge Compra Futura de Ativo - USD x BRL (i)	428.166	(13.071)	415.336
Estratégias:	31.12.2021		
	Instrumentos de Hedge		Objeto
	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)
Contratos de NDF			
Hedge Compra Futura de Ativo - USD x BRL (i)	499.358	7.367	497.722

(i) O valor do Ativo é referente ao montante do objeto de Hedge coberto na aquisição futura de máquinas MPOS. Os contratos de NDF (Non-Deliverable Forward) são adquiridos para cobrir o plano mensal dos próximos 12 meses com metodologia de cobertura de 80% para os 3 primeiros meses, 60% do 4º mês até o 6º mês, 40% do 7º mês até o 9º mês e 20% do 10º mês até o 12º mês. Em 30 de junho de 2022, o plano total de aquisição de ativos - MPOS corresponde a um valor de R\$ 881.930 (2021 - R\$1.000.684).

d) Operações de Crédito e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Saldo em 30 de junho de 2022 das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional:

(i) Composição da carteira de crédito e abertura por contraparte :

Modalidade de crédito	30.06.2022		31.12.2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Crédito pessoal	26.544	(3.417)	648	(80)
Cartão de crédito	975.918	(671.619)	244.067	(115.336)
Capital de Giro	5.725	(745)	41.809	(5.784)
Financiamentos	16.899	(2.069)	17.392	(2.228)
Total	1.025.086	(677.850)	303.916	(123.427)
Circulante	1.022.521	(677.850)	303.916	(123.427)
Não Circulante	2.565	-	-	-
Contraparte:	30.06.2022		31.12.2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	1.014.545	(676.261)	297.560	(122.611)
Pessoa jurídica	10.541	(1.589)	6.356	(816)
	1.025.086	(677.850)	303.916	(123.427)

(ii) Composição das operações de crédito por vencimento:

	30.06.2022	31.12.2021
Curso Normal		
Parcelas a vencer	301.397	149.340
até 3 meses	233.774	127.490
3 a 6 meses	41.640	13.039
6 a 12 meses	23.418	8.811
acima de 12 meses	2.565	-
Curso Anormal		
Parcelas vencidas	723.689	154.576
Até 14 dias	84.209	49.857
até 3 meses	204.378	68.124
3 a 6 meses	271.866	36.088
6 a 12 meses	163.236	507
Total	1.025.086	303.916

(iii) Classificação da carteira das operações de crédito:

Nível	30.06.2022			31.12.2021		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
C	-	-	-	77.834	-	77.834
D	267.002	-	267.002	64.439	-	64.439
E	24.693	109.250	133.943	5.226	63.683	68.909
F	3	3	6	90	56	146
G	9.669	451.190	460.859	1.750	90.331	92.081
H	30	163.246	163.276	1	506	507
Total	301.397	723.689	1.025.086	149.340	154.576	303.916

(d) Classificação da provisão por fator de risco das operações de crédito:

Nível	30.06.2022			
	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	-	-	-
D	10%	(26.700)	(3.973)	(30.673)
E	30%	(40.182)	(22.422)	(62.604)
F	50%	(3)	(1)	(4)
G	70%	(322.601)	(98.692)	(421.293)
H	100%	(163.276)	-	(163.276)
Total		(552.762)	(125.088)	(677.850)

Nível	31.12.2021			
	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(2.335)	(5.441)	(7.776)
D	10%	(6.444)	(1.859)	(8.303)
E	30%	(20.673)	(6.980)	(27.653)
F	50%	(73)	(3)	(76)
G	70%	(64.457)	(14.655)	(79.112)
H	100%	(507)	-	(507)
Total		(94.489)	(28.938)	(123.427)

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito. A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente. A provisão requerida segue com base a Resolução 2.682/99 do CMN.

(iv) Movimentação da Provisão para Perdas associadas ao Risco de Crédito

	30.06.2022
Saldo Inicial 31.12.2021	(123.427)
Constituições	(554.910)
Baixas	497
Renegociações de crédito	(10)
Saldo Final 30.06.2022	(677.850)

Em 31 de dezembro de 2021 não houve baixa relevante para prejuízo (baixa no período menor que R\$ 1) ou recuperação de crédito.

f) Outros Ativos a Receber:

	30.06.2022	31.12.2021
Valores a receber – Adquirentes (i)	7.274.651	3.891.488
Valores a receber – Ligadas (ii) – nota 20	188.463	206.827
Valores a receber – Transações de pagamentos (iii)	1.811.327	1.424.129
Conta de pagamento Instantâneo - PIX	402.248	827.585
Adiantamentos e antecipações salariais	670	-
Outros ativos a receber (iv)	212.949	140.515
Despesas antecipadas	54.409	19.445
Devedores por depósitos em garantia (v) (vi)	411.144	340.157
Total	10.355.861	6.850.146
Outros Créditos - Curto Prazo	10.702.192	6.487.956
Outros Créditos - Longo Prazo (vii)	42.345	362.189

(i) São constituídos pelos valores a receber das adquirentes oriundas das transações de cartões de crédito a vista e parcelado, dentro da plataforma Mercado Livre e outras plataformas de e-commerce e máquinas (MPOS) de Mercado Pago.

(ii) São transações a receber que o Mercado Pago possui com suas empresas coligadas - nota 20.

(iii) Correspondem substancialmente aos valores a receber de usuários finais e incentivos de performance Visa, relativos a transações de pagamento utilizando os cartões de crédito e débito do Mercado Pago como emissor pendente de liquidação.

(iv) Valores representados substancialmente por valores a receber de títulos e créditos a receber, outras comissões diversas de serviços de transações de pagamento e caixa a compensar.

(v) Correspondem substancialmente aos saldos depositados judicialmente referente ao processo judicial relacionado ao não recolhimento de determinados impostos sobre operações de remessas para a matriz MercadoLibre Argentina. Em 30 de junho de 2022, o total dos depósitos em juízo totalizavam R\$399.097 (Em 2021 - R\$327.322).

(vi) Corresponde a depósito para prestação de garantia solicitado pela empresa Visa International Service para cobertura de eventuais riscos, com valor fixo e sem remuneração. Em 30 de junho de 2022, corresponde a um valor de R\$12.047 (Em 2021 - R\$12.835).

(vii) Corresponde aos montantes dos itens (v) e (vi) e aos valores a receber de usuários finais (iii) em estoque acima de 12 meses correspondiam aos montante de R\$21.743 (Em 2021 - R\$22.032).

6. PROVISÃO PARA CHARGEBACK

O Mercado Pago realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores a receber de usuários finais, relativos às transações de pagamento. A movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2022 e do exercício findo de 2021 está detalhada a seguir:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo inicial	(183.170)	(64.804)
Reversão	26.790	66.034
Constituição	(103.935)	(184.400)
Saldo final	<u>(260.316)</u>	<u>(183.170)</u>

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	<u>30.06.2022</u>			
	<u>Taxa Anual de Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Saldo Residual</u>
Software	33%	676.357	(315.517)	360.840
Software em desenvolvimento (i)	-	63.616	-	63.616
Total		739.973	(315.517)	424.456
	<u>31.12.2021</u>			
	<u>Taxa Anual de Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Saldo Residual</u>
Software	33%	517.743	(230.734)	287.009
Software em desenvolvimento (i)	-	93.879	-	93.879
Total		611.622	(230.734)	380.888

(i) Correspondem às horas de serviços de TI necessárias para o desenvolvimento de novos softwares / sistemas.

b) Movimentação do intangível

	<u>Softwares</u>	<u>Desenvolvimento de software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2020	157.005	50.834	207.839
Adições	213.469	43.046	256.515
Amortização	(83.465)	-	(83.465)
Saldos em 31.12.2021	287.009	93.880	380.888
Adições / transferências	158.614	(30.263)	128.351
Amortização	(84.783)	-	(84.783)
Saldos em 30.06.2022	360.840	63.616	424.456

8. DEPÓSITOS

a) Depósito de saldo de moeda eletrônica

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldos de livre movimentação (i)	3.970.098	4.586.363
Obrigações por transação de Pagamentos (ii)	2.060.680	1.337.330
Saldos bloqueados (iii)	370.302	314.517
Total	6.401.080	6.238.210

(i) Em 30 de junho de 2022, temos R\$ 336.945 de depósitos com partes relacionadas.

(ii) Refere-se aos montantes que ainda não foram convertidos em moeda eletrônica tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos previstos no arranjo de pagamento para que estes se tornem disponíveis para livre utilização.

(iii) Se referem aos saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição e os valores a pagar a instituições participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento originadas de titular de conta de pagamento.

b) Depósitos de Captação de depósito e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:

(i) Composição dos depósitos:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI	218.219	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB	4.637.099	3.134.257
Letra Financeira - LF	548.308	515.919
Total	5.403.626	3.781.298

(ii) Composição dos depósitos por prazo de vencimento:

	30.06.2022			
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	218.219	-	-	218.219
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii)	1.541.606	2.811.127	284.366	4.637.099
Letra Financeira - LF (iii)	-	-	548.308	548.308
Total	1.759.825	2.811.127	832.674	5.403.626
Total circulante dos saldos de depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos				10.972.032
Total não circulante dos saldos de depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos				832.674

	31.12.2021			
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	131.122	-	-	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii)	1.490.804	1.637.890	5.563	3.134.257
Letra Financeira - LF (iii)	-	-	515.919	515.919
Total	1.621.926	1.637.890	521.482	3.781.298

(i) Em 30 de junho de 2022, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 106% a 107,6% a.a..

(ii) Em 30 de junho de 2022, os certificados de depósitos bancário pós fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 98% a 150% a.a. e ao índice de preço ao consumidor amplo (IPCA) mais taxa nominal pré fixada que varia entre 5,25% a 7,15%. Os certificados de depósitos pré fixados, as taxas de juros variam entre 7,95% à 14,41% a.a..

(iii) Em 30 de junho de 2022, as letras financeiras são indexados a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré fixada que varia de 0,95% à 1,1% a.a..

9. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto de valores a pagar a instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. No semestre findo de 30 de junho de 2022, são compostos substancialmente pelas obrigações de liquidação junto as bandeiras de cartões de débito e crédito no valor de R\$ 1.918.298 (em 2021 - R\$1.515.333).

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Composição de obrigações por empréstimos

	30.06.2022	31.12.2021
	Total	Total
Em moeda nacional	-	24.825
	-	24.825

b) Movimentação dos Empréstimos

	31.12.2021		30.06.2022		
	Saldo Inicial	Captações	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo Final
Em moeda nacional	24.825	-	47	(24.825)	(47)
	24.825	-	47	(24.825)	(47)

11. OUTROS PASSIVOS DIVERSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2022	31.12.2021
Gratificações e participações a pagar	36.009	48.824
Total	36.009	48.824

b) Diversas

	30.06.2022	31.12.2021
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	2.206.403	1.713.087
Credores diversos - país (ii)	723.142	572.681
Provisão para pagamentos a efetuar	29.728	14.546
Total	2.959.273	2.300.314

c) Impostos e contribuições a recolher

	30.06.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições a recolher	223.527	161.741
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	67.114	16.179
Total	290.641	177.920

d) Total de Outros passivos diversos e Outras obrigações

	30.06.2022	31.12.2021
Outras Obrigações Curto Prazo	2.327.045	2.152.008
Outras Obrigações Longo Prazo	958.879	375.050
Total	3.285.923	2.527.058

(i) São constituídos substancialmente pelos valores que devem ser repassados para empresas coligadas que corresponde ao montante que é cobrado do usuário final por transação nas plataformas, líquido da parcela da receita de processamento do Mercado Pago e por valores referente ao recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre as remessas efetuadas para controladora na Argentina.

O restante dos valores inclui: rateio pelo uso da plataforma, rateio pelo processamento e utilização dos servidores de internet da matriz, reembolso de gastos, imagem corporativa, etc.

(ii) São constituídos substancialmente por valores a pagar para fornecedores.

12. PROVISÕES

O Conglomerado Prudencial, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista em diversas instâncias, ajuizados. A Administração da Companhia adotou como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião de seus assessores jurídicos externos, a análise das demandas judiciais pendentes e o histórico de perdas efetivas.

a) Composição das provisões

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo das provisões para ações judiciais é composto pelo seguinte:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisão para ações judiciais (i)	35.991	27.748

(i) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível de relação de consumo, trabalhistas e tributárias no qual há a probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

A Companhia pleiteia judicialmente o não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre remessas efetuadas para controladora na Argentina, relativas à prestação de serviços de IT, tendo em vista evitar a dupla tributação dos valores envolvidos nessas operações. Os assessores legais avaliaram que as chances de perda de tal causa é possível e, por essa razão, a Companhia efetua depósitos em juízo relativos a tais valores e demais processos enquanto discute a causa no âmbito judicial. Os valores depositados de tais valores e demais processos judiciais atualizados em 30 de junho de 2022 eram de R\$ 399.097 (2021 - R\$ 327.322).

Para as demais ações de perda possível, o risco estimado em 30 de junho de 2022 é de R\$41.835 (Em 2021 - R\$153.553).

b) Movimentação das provisões

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo inicial	27.748	17.930
Constituição/ (Reversão)	16.263	25.355
Pagamentos	<u>(8.020)</u>	<u>(15.537)</u>
Saldo final	35.991	27.748

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 972.339 representados por 972.399.985 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. São assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2021</u>
MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.	0%	-	34%	152.664.699
MercadoLivre.com Atividades de Internet 2 Ltda.	26,44%	257.113.651	0%	-
MercadoPago, LLC	73,56%	715.226.334	63%	411.768.070
Mercadolivre, INC.	0%	-	3%	12.907.216
Total (em reais)	100%	972.339.985	100%	577.339.985

Em AGE de 31 de janeiro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$20.000 mediante a emissão de 20.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 07 de julho de 2020.

Em AGE de 29 de setembro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, a integração como sócia da Companhia a empresa MERCADOPAGO.LLC via aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$90.000 mediante a emissão de 90.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de dezembro de 2020.

Em AGE de 28 de dezembro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$129.050 mediante a emissão de 129.050.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 8 de abril de 2021.

Em AGE de 30 de abril de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$100.000 mediante a emissão de 100.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de junho de 2021.

Em AGE de 28 de dezembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$130.000 mediante a emissão de 130.000.000 de cotas. O referido aumento em 31 de dezembro de 2021 está em processo de aprovação pelo BACEN.

Em AGE de 31 de janeiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio

b) Outros Resultados Abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de valorização ou desvalorização do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos líquidos de impostos, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos.

c) Reestruturação Societária

Em 24 de junho de 2022, a MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda. (CNPJ 03.361.252/0001-34) cedeu a sua participação societária de 26,44% detida na Mercado Pago para MercadoLivre.com Atividades de Internet 2 Ltda. (CNPJ 46.758.492/0001-80).

Em 24 de junho de 2022, foi transferida a participação societária total detida por Mercadolivre, INC. na Mercado Pago para Meli Participaciones S.L..

Em 24 de junho de 2022, foi realizado o aumento do capital social da MercadoPago, LLC. (CNPJ 34.028.392/0001-19), transferindo a totalidade da participação detida pela Meli Participaciones S.L. na Mercado Pago.

Em 05 de julho de 2022, em atendimento às disposições exigidas no artigo 7º da Resolução BCB 81, de 25/03/2021, essa entidade passou a ter seu controle acionário direto para a Mercado Crédito Holding Financeira Ltda. (holding financeira).

c) Outros Resultados Abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de valorização ou desvalorização do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos líquidos de impostos, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos.

d) Participação de não controladores

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 465.000 representados por 465.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. São assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2021</u>
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	50,01%	232.546.500	50,01%	82.516.500
Mercadopago, LLC	49,99%	232.453.500	49,99%	82.483.500
Total	100%	465.000.000	100%	165.000.000

O resultado do exercício de 30 de junho de 2022 foi um prejuízo no montante de R\$182.492 (R\$ 42.608 em 2021) e o Patrimônio Líquido na referida data base é de R\$ 233.854.

14. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30.06.2022	30.06.2021
Receitas de prestação de serviço com meios de pagamentos (i)	5.294.702	3.407.651
Receitas com intermediação de serviços (ii)	<u>288.178</u>	<u>55.844</u>
Total	<u>5.582.880</u>	<u>3.463.495</u>

(i) Correspondem às receitas de prestação de serviços de transações de pagamentos, adquirência e comissões cobradas de operações realizadas dentro da plataforma do Mercado Livre (processamento das operações à vista e parceladas) ou de outras plataformas de e-commerce, pagamentos de compras e tarifa de retiradas.

(ii) Refere-se basicamente à outras receitas operacionais pelos serviços de intermediação no qual o Mercado Pago atua como correspondente bancário na originação de operações de crédito de bancos parceiros, receita de intermediação como emissor de cartão e vendas de MPOs.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	30.06.2022	30.06.2021
Proventos	(373.723)	(211.960)
Encargos sociais	(43.727)	(18.984)
Benefícios	(15.845)	(12.976)
Treinamento	<u>(1.085)</u>	<u>(86)</u>
Total	<u>(434.380)</u>	<u>(244.006)</u>

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30.06.2022	30.06.2021
Despesa com processamento de dados	(125.852)	(37.527)
Despesa com promoções e relações públicas	(89.870)	(97.722)
Despesa com propaganda e publicidade	(92.865)	(69.109)
Despesa com depreciação e amortização	(86.849)	(40.479)
Despesa com serviços técnicos especializados	(27.338)	(17.399)
Outras despesas administrativas	<u>(15.484)</u>	<u>(12.350)</u>
Total	<u>(438.258)</u>	<u>(274.586)</u>

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30.06.2022	30.06.2021
Despesa de contribuição ao COFINS	(442.658)	(265.000)
Despesa de ISS	(109.171)	(67.795)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(95.482)	(57.286)
Outras despesas tributárias (i)	<u>(136.961)</u>	<u>(102.607)</u>
Total	<u>(784.272)</u>	<u>(492.688)</u>

(i) Correspondem substancialmente às despesas tributárias relacionadas a contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) e ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30.06.2022	30.06.2021
Despesa direta por transações de pagamentos (i)	(1.053.147)	(463.033)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento (ii)	(1.447.368)	(1.056.588)
Outras despesas operacionais (iii)	<u>(1.147.777)</u>	<u>(974.489)</u>
Total outras receitas/despesas operacionais	<u>(3.648.292)</u>	<u>(2.494.110)</u>

(i) Referem-se substancialmente às despesas e custos diretos por transação relacionadas à meios de pagamentos.

(ii) Referem-se basicamente a despesas e custos com serviços associados a transações de pagamentos, como por exemplo: comissões a empresas de arranjo de pagamentos, emissões de boletos, custos associados a novas tecnologias, comissões com revendedores, prevenção a fraude e chargeback.

(iii) Correspondem substancialmente às despesas relacionadas à comercialização de equipamentos (MPOS) e rateio de despesas e custos operacionais com partes relacionadas.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no resultado do semestre.

	30.06.2022	30.06.2021
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (i)	(81.731)	(61.017)
Alíquota vigente (ii)	34% e 45%	34% e 40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	45.961	(20.776)
Efeito de itens permanentes		
Outros gastos não dedutíveis	(6.043)	7.906
Despesa de IRPJ e CSLL	39.918	(12.870)

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

Impostos diferidos ativos sobre:	Constituição e Realização		
	31.12.2021	30.06.2022	30.06.2022
PDD e Chargeback	113.438	182.011	295.449
Provisões para contingências e outras provisões	138.520	(46.332)	92.188
Depósito Judicial - Importação Serviço	(8.434)	(5.857)	(14.291)
Provisão para bônus	14.535	(4.357)	10.178
Derivativos	(2.734)	9.040	6.306
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	2.012	(2.012)	-
Outros	(46)	(106)	(152)
Total	257.291	132.387	389.678
Ativo Fiscal Diferido Ativo	268.505	135.615	404.120
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(11.214)	(3.228)	(14.442)
Total	257.291	132.387	389.678

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	Em 1 ano	Em 5 anos	Saldo
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	311.781	77.897	389.678

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2022 é de R\$312.170

20. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2022, o conglomerado manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	30.06.2022			
	Valores a receber	Valores a pagar	Receita	Despesa
Deremate .com de Mexico S. de R.L. de C.V.	428	-	2.740	-
DeRemate.com de Uruguay S.R.L.	76	(3.438)	-	(12.691)
MercadoLibre Colombia Ltda.	33	(13.942)	-	(51.423)
Ibazar.com Atividades de Internet Ltda.	125	-	760	-
MercadoPago corretora Seguros	-	(3.188)	-	-
Mercado Envios Serviços de Logística Ltda.	10.801	(531.922)	259	-
Ebazar.com.br Ltda.	70.606	(1.016.664)	10.053	-
MercadoLibre S.R.L.	7.481	(532.123)	-	(526.178)
Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda	15.995	(45.203)	-	-
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(146)	-	-
MercadoLibre Chile Ltda.	113	(2.766)	-	(5.950)
MercadoLibre, S.R.L. de C.V.	1.520	-	8.296	-
MercadoPago S.A.	298	-	1.814	-
MercadoPago International LLC	23.670	-	-	-
MercadoPago Colombia Ltda.	101	-	769	-
Meli Uruguay S.R.L	-	(40.235)	-	(29.389)
PSGAC, S. de R.L. de C.V.	-	(3.785)	-	(15.199)
MercadoLibre Inc.	-	(912)	-	(5.209)
Mercado Credito FIDC Nao Padronizados	695	(101.257)	-	-
Mercado Credito I FIDC Nao Padronizados	1.668	(167.576)	-	-
Mercado Credito II Brasil FIDC Nao Padronizados	2.073	(60.488)	-	-
Mercado Credito Merchant FIDC Nao Padronizados	-	(19.703)	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ARANDU	52.779	-	-	-
Total	188.463	(2.543.348)	24.691	(646.039)

	31.12.2021		30.06.2021	
	Valores a receber	a pagar	Receita	Despesa
Deremate .com de Mexico S. de R.L. de C.V.	1.125	-	-	-
DeRemate.com de Uruguay S.R.L.	131	(2.508)	-	(4.917)
Ebazar.com.br Ltda.	103.116	(606.901)	-	-
Mercado Credito FIDC Nao Padronizados	-	(5.145)	-	-
Mercado Credito I FIDC Nao Padronizados	6.180	-	-	-
Mercado Credito II Brasil FIDC Nao Padronizados	217	(236)	-	-
Mercado Credito Merchant FIDC Nao Padronizados	-	(98)	-	-
FIDC Arandu	49.931	-	-	-
Ibazar.com Atividades de Internet Ltda.	301	(154)	-	-
MercadoLibre Colombia Ltda.	98	(10.915)	-	(17.825)
Mercado Envios Serviços de Logística Ltda.	9.987	(548.175)	-	-
MercadoLibre S.R.L.	8.928	(444.043)	-	(497.131)
MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda	3.183	(36.732)	-	-
MercadoLibre Chile Ltda.	317	(1.059)	-	(1.091)
MercadoLibre, S.R.L. de C.V.	2.669	-	-	-
MercadoPago S.A.	674	-	-	-
Mercado Pago International LLC	19.739	-	-	-
MercadoPago Colombia Ltda.	231	-	-	-
Meli Uruguay S.R.L	-	(51.800)	-	(51.570)
MercadoLibre México Ltda	-	(4.375)	-	(5.609)
Meli Technology Estados Unidos	-	-	-	(5.842)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	-	(145)	-	-
MercadoLibre Inc.	-	(801)	-	-
Total	206.827	(1.713.087)	-	(583.985)

A remuneração total dos administradores em 30 de junho de 2022 foi de R\$2.677 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$9.678).

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais ou apresentam outras desvantagens.

21. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

	30.06.2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	4.923.630	1.315.387	-	6.239.017
Títulos privados	-	1.315.387	-	1.315.387
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	1.308.802	-	1.308.802
Cotas de fundos de investimento	-	6.585	-	6.585
Títulos públicos	4.923.630	-	-	4.923.630
Letra Financeira do Tesouro - LFT	4.923.630	-	-	4.923.630
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	7.121	-	7.121
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	7.121	-	7.121
Passivo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(23.316)	-	(23.316)
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	(20.192)	-	(20.192)
Swap - IPCA x PRE	-	(3.124)	-	(3.124)
	31.12.2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	5.460.457	127.639	-	5.588.096
Títulos privados	-	127.639	-	127.639
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	88.102	-	88.102
Cotas de fundos de investimento	-	39.537	-	39.537
Títulos públicos	5.460.457	-	-	5.460.457
Letra Financeira do Tesouro - LFT	5.460.457	-	-	5.460.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	11.785	-	11.785
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	11.785	-	11.785
Passivo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(4.418)	-	(4.418)
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	(4.418)	-	(4.418)

No semestre de 2022 e exercício de 2021, não ocorreram transferências entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013 e à Resolução CMN 4.557/17, o Mercado Pago e Mercado Crédito adotaram uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (Mercado, Operacional, de Liquidez e de Crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

O Mercado Pago e Mercado Crédito possuem e seguem a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos financeiros no fluxo de caixa.

O Grupo Mercado Livre instaurou um Comitê de Crise, composto pela Alta Administração das empresas/unidades de negócios do Grupo, entre elas o Mercado Pago. Este Comitê se reúne periodicamente onde são discutidas e definidas as principais diretrizes e medidas a serem seguidas pelas empresas do grupo, seguindo inclusive as diretrizes governamentais e legislativas relacionadas a pandemia do Covid-19. Dentre estas discussões e medidas estão os temas relacionados aos Riscos Operacional, de Liquidez, de Crédito, de Tecnologia e de Segurança da Informação. Esse Comitê também monitora os principais processos e controles da Companhia os quais estão operando normalmente.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento; II) falhas de identificação e autenticação do usuário final; III) falhas na autenticação das transações de pagamento; IV) fraudes internas e externas; V) práticas inadequadas relativas a usuários finais e serviços de pagamento etc; VI) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; VII) práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; VIII) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; IX) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; X) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); XI) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com os normativos vigentes, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Para administrar risco de liquidez, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Riscos Financeiros. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos. Dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para o gerenciamento do risco de mercado e IRRBB, a Instituição utiliza como principais metodologias para a gestão de risco a métrica de Delta EVE e cenários de estresse. É reportado mensalmente pela área de riscos financeiros um apetite a risco por meio de um dashboard à alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição da volatilidade de mercado.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos.

As exposições primárias estão atreladas à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. Além, o risco está voltado também às exposições de empréstimos através de cartões de crédito.

A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18, além de estabelecer limites gerenciais através de política interna para enquadramento à Circular BCB 3.681/13. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

Gestão de Capital

A gestão de capital é realizada pela área de Riscos Financeiros com base na apuração do Índice de Basileia, e tem o objetivo de cumprimento regulatório e de subsídio à alta administração quanto aos valores mínimos para manutenção e continuidade das operações realizadas pela Companhia, visando o enquadramento às Resoluções CMN 4.192/13 e 4.193/13. Assim, os limites operacionais para a SCFI em 30 de junho de 2022 ficaram distribuídos conforme abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio de Referência (PR)	233.856	122.399
Nível I	233.856	122.399
Capital Principal	233.856	122.399
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	627.814	312.390
Risco de Crédito (RWA Cpad)	499.537	193.776
Risco Operacional (RWA Opad)	128.277	118.614
PR Mínimo Requerido	50.225	24.991
Margem PR	183.630	97.408
Índice de Basileia	37,25%	39,18%
Margem PR considerando RBAN	164.105	86.240

23. LIMITES OPERACIONAIS

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido da Companhia Mercado Pago é de R\$ 846.676 (R\$ 325.726 em 2021), superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 403.024 (R\$ 319.172 em 2021).

24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES E RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2022, o Conglomerado Prudencial não possui valores de resultados não recorrentes.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A companhia está estudando e elaborando o plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução 4.966 de 25/11/21 e os impactos desta norma nas Demonstrações Financeiras.

Em 05 de julho 2022, o controle societário direto da companhia Mercado Pago passa a ser detido diretamente pela Mercado Crédito Holding Financeira Ltda. (CNPJ 34.808.916/0001-94), cujo objeto social consiste exclusivamente na participação como acionista ou sócia no capital de instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, atendendo assim o disposto no artigo 7º, inciso IV, da Resolução BCB 81.

Em AGE de 05 de julho de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$150.000 mediante a emissão de 150.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 03 de agosto de 2022.

DocuSigned by:

Tulio Xavier de Oliveira

690F817E5DAA49B

Tulio Xavier de Oliveira
Responsável Legal

DocuSigned by:

Gabriel Parreira

C430E001C3134E2

Gabriel Parreira Faustino Da Silva
Contador CRC-1SP301017/O-4